



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
CAMPUS IV - LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EUCLIDES LEITE DA SILVA NETO

**EVIDÊNCIA DA ATIVIDADE OCULTA NA ATIVIDADE PRODUTIVA DAS
INDÚSTRIAS DE RIO TINTO/PB, 2019: Um estudo baseado na Contabilidade Social.**

**Mamanguape – PB
2020**



EUCLIDES LEITE DA SILVA NETO

**EVIDÊNCIA DA ATIVIDADE OCULTA NA ATIVIDADE PRODUTIVA DAS
INDÚSTRIAS DE RIO TINTO/PB, 2019: Um estudo baseado na Contabilidade Social.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Ciências Contábeis da Universidade Federal
da Paraíba – Campus IV, como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientador (a): Ana Cândida Ferreira Vieira

**Mamanguape – PB
2020**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N469e Neto, Euclides Leite da Silva.

Evidência da Atividade Oculta na Atividade Produtiva das Indústrias de Rio Tinto/PB, 2019: Um Estudo Baseado na Contabilidade Social / Euclides Leite da Silva Neto. - João Pessoa, 2020.
16 f. : il.

Orientação: Ana Cândida Vieira Ferreira.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCAIE.

1. Economia Não Observada. Produção Oculta. Indústria.
I. Ferreira, Ana Cândida Vieira. II. Título.

UFPB/BC

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Graduação em Ciências Contábeis

Evidência da Atividade Oculta na Atividade Produtiva das Indústrias de Rio Tinto/PB, 2019: Um Estudo Baseado na Contabilidade Social

Área Temática: Contabilidade Social

Autor: Euclides Leite da Silva Neto – UFPB/CCAЕ – euclidesrt35@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Ms. Ana Cândida Vieira Ferreira – UFPB/CCAЕ –
acandidafv@yahoo.com

Prof. Ms. Luiz Marcelo Martins do Amaral Caneiro Cabral – UFPB/CCAЕ –
luizmarcelocb@hotmail.com

Prof^a Ms. Tabira de Souza Andrade – UFPB- tabirandrade@gmail.com

Resumo

A produção interna de um país é registrada através da Contabilidade Social, que tem como propósito reunir os agregados macroeconômicos por intermédio das contas nacionais e assim, apresentar os devidos dados da economia. Porém, existem partes das contas nacionais que não conseguem ser mensuradas através desses processos. Algumas contas da produção de um país são realizadas por meio de estimativas, dada à dificuldade da obtenção das suas informações. Esse estudo foi definido como Economia Não Observada (ENO), que é formada por três tipos de produções: produção ilegal; produção oculta ou subdeclarada e produção informal. O presente artigo tem como objetivo evidenciar os indícios da produção oculta ou subdeclarada nas indústrias do município de Rio Tinto/PB, com base na Contabilidade Social, em 2019. A pesquisa obteve os dados através de um questionário *in loco*, elaborado com base em duas partes: oferta e a demanda. E, aplicado a 18 indústrias no município, que correspondem a 72% das indústrias. O referido trabalho tem importância para contribuir acerca da construção do assunto, já que existem poucos trabalhos realizados com esse tema, pois é fundamental entender mais sobre este fenômeno que corresponde a uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB). Ao final do trabalho foi possível considerar que há indícios da produção oculta ou subdeclarada nas indústrias da amostra em Rio Tinto, através das práticas: não emissão das notas fiscais, indicando possíveis vendas sem tributação, fraudes em estoques, contratação de mão de obra sem a devida documentação assinada e por suas atividades terem iniciado antes mesmo do seu processo de formalização, que está também ligado ao fato de que podem estar omitindo o faturamento para não desenquadrar dos regimes tributários do Simples Nacional.

Palavras-Chave: Economia Não Observada. Produção Oculta ou Subdeclarada. Indústrias. Rio Tinto.

1 Introdução

Uma empresa formal necessita manter sempre seu registro contábil, afinal uma contabilidade eficaz auxilia a empresa na esfera da tomada de decisão, além de representar a

situação da empresa como um diagnóstico contábil e financeiro. Quanto ao *business* da empresa, o administrador tem a necessidade de observar todos os resultados econômicos e financeiros para entender as adversidades encontradas durante o ciclo operacional. Nisso, a contabilidade ganha seu maior reconhecimento, tendo em vista que por meio dos registros contábeis é possível observar informações que ajudam no processo de crescimento econômico.

No contexto contábil é de grande importância analisar também a incorporação da contabilidade no sistema econômico do país tal como sua totalidade. “[...] entende-se que o sistema econômico é um detalhado método de organização da produção, distribuição e utilização de bens e serviços que são demandados pelos indivíduos da sociedade brasileira” (VIEIRA E MENDONÇA, et al., 2017, p. 2). Esse sistema é formado pelo setor primário, constituído da agropecuária; o setor secundário, formado pela indústria; e setor terciário, composto pela área de serviços.

Contudo, os registros dos agregados econômicos de um país são extraídos através dos setores econômicos e elaborados por meio da contabilidade nacional ou social, tendo a ajuda de diretrizes e métodos normatizados internacionalmente através da Organização das Nações Unidas (ONU). No meio dos setores que constituem o sistema econômico há atividades que não são apontadas no seguimento operacional, como: sonegação do pagamento de impostos, contrabando, etc. Conforme explicam Hallak Neto e Ramos (2013), essas atividades que são mensuradas com complexidade são analisadas em três tipos diferentes de produção: produção ilegal, produção oculta ou subdeclarada e produção informal, fixada pelo Manual das Contas Nacionais de 1993 das Nações Unidas. O relatório do Sistema de Contas Nacionais (SNC), foi atualizado em 2008, sendo a versão mais atual do SNC, no qual o IBGE toma como base para realizar os seus procedimentos para a elaboração dos agregados macroeconômicos do Brasil.

Nesse contexto a presente pesquisa levanta a seguinte questão: **Como a produção oculta ou subdeclarada evidencia-se no setor industrial formal no município de Rio Tinto/PB, no ano de 2019?**

Com isso, a pesquisa tem como objetivo geral mostrar como se evidencia a produção oculta ou subdeclarada da atividade industrial na cidade de Rio Tinto em 2019, com base na contabilidade social. Tem como objetivos específicos: a) Estudar através da Contabilidade Social a produção oculta, observando-a no Brasil; b) descrever o cenário da atividade industrial do município de Rio Tinto/PB; e c) evidenciar as peculiaridades da produção oculta da atividade industrial no município de Rio Tinto, por meio da execução de um questionário, analisando as consequências destas práticas.

Este trabalho faz-se necessário a partir da disposição de assimilar se no âmbito da formalidade industrial de Rio Tinto/PB as pessoas e/ou empresas possuem o conhecimento ou se elas realizam a produção oculta ou subdeclarada. O tema estudado está sendo desenvolvido a partir de um grupo de pesquisa que surgiu com a proposta de analisar o fenômeno da produção oculta e fundamentá-la através da contabilidade social relacionando-a aos alunos do curso de Ciências Contábeis. Também se torna relevante por auxiliar na busca pelo entendimento sobre um tema tão complexo e pouco estudado pelos acadêmicos. Nesse contexto, são encontrados poucos trabalhos de cunho acadêmico sobre a temática da Economia Não Observada (ENO) devido à dificuldade com qual o assunto é tratado. Assim, alguns trabalhos de pesquisa são referências nesse estudo, estes são: João Hallak Neto e Roberto Olinto Ramos com: A Economia Não Observada no Brasil-; e, Ana Cândida Ferreira Vieira, Elton dos Santos Mendonça, et al.: A produção oculta fundamentada na Contabilidade Social-um estudo no comércio formal do município de Rio Tinto/PB.

Além dessa parte introdutória, no artigo consta a fundamentação teórica com as definições da Contabilidade Social ou Nacional, bem como os Sistemas de Contas Nacionais (SCN) como foram desenvolvidos e suas utilizações; em seguida a metodologia destacando as etapas para o desenvolvimento da pesquisa. Posteriormente, a análise dos resultados, mostrando as características da Economia Não Observada (ENO) definidas pelos órgãos responsáveis pela contabilidade social e sua fragmentação nas características da produção oculta no setor industrial do município de Rio Tinto/PB. Por fim, as considerações finais.

2 Fundamentação Teórica

2.1 O Sistema Econômico e as Contribuições das Contas Nacionais

O sistema econômico é o meio de coordenação de uma sociedade para se organizar e desenvolver suas atividades econômicas perante a sua produção e distribuição dos bens e serviços da qual a mesma precisa, ou seja, como produzir e como distribuir sua produção. O sistema econômico é formado por três fundamentos essenciais, sendo eles: os fatores de produção, que se constituem basicamente da matéria-prima e da mão de obra; as unidades de produção que são compostas pelas indústrias e empresas; e pelas organizações políticas, jurídicas, sociais e econômicas (Vasconcellos e Garcia, 2014). Nesse contexto e com base nos fundamentos essenciais, o sistema econômico divide-se nos seguintes setores, conforme figura 1.

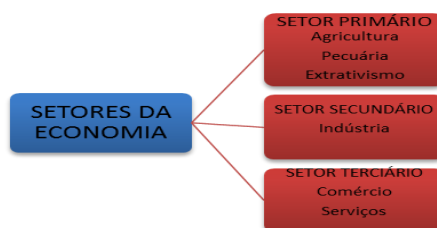


Figura 1- Setores do Sistema Econômico

Fonte: Elaboração própria, com base em Vasconcellos e Garcia, 2014.

O setor primário é onde o sistema econômico se sustenta, devido a todos os processos de industrialização e comércio dos produtos que são consumidores e produtos consumidos pela população, que só podem ser continuados graças a esse setor, nele, são produzidos os alimentos e as matérias-primas que serão transformados e agregados valores no setor secundário e terciário. No secundário, matérias-primas serão transformadas em bens de consumo que logo passará também para o setor terciário, ou seja, o setor do comércio onde os bens estarão disponíveis para consumo, (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014).



Figura 2: Fluxo circular da renda

Fonte: Elaboração própria, com base em Feijó e Ramos, 2017.

O alicerce de um sistema econômico é a maneira da economia real operar, no que lhe concerne, constitui produção que em seguida transfigura-se em riqueza, como também pode ser observada no fluxo circular da renda. Segundo Feijó e Ramos (2017) esse fluxo serve para demonstrar os vínculos de troca que são gerados a partir do processo de produção em meio dos setores institucionais, assim, Feijó e Ramos (2017, p.7-8) segue afirmando que: “identificamos apenas dois agentes institucionais na economia: o agente famílias, que consome bens e serviços e oferta mão de obra, e o agente empresas, que produz todos os bens e serviços de consumo final da economia e emprega toda a mão de obra no processo de produção”.

Nesse sentido, é possível chegar à mensuração de produção de uma economia simplificada, sem governo, e com isso temos a moeda que é um elo que liga todas as produções e que determinam o valor dessas produções por meio das transferências que são mensuráveis e protocoladas ao seu valor.

As transações econômicas mensuráveis em contabilidade nacional são aquelas registradas em seu valor, sendo a moeda a unidade de medida que permite o cálculo de agregados macroeconômicos. A estabilidade da moeda é um fator importante a ser considerado na montagem do Sistema de Contas Nacionais de um país. (FEIJÓ e RAMOS, 2017, p. 7).

As contas nacionais representam como está a situação econômica de um país em um determinado período de tempo, e é com base nesses indicadores das contas nacionais que o governo decide se realizará políticas ou não, e quais tipos de políticas ele irá fazer, ou seja, é com sustentação nas contas nacionais que o governo toma suas decisões. O modo de avaliação da economia de um país por meio da visualização das contas nacionais ocorre pelo fato de trazer à tona os dados econômicos, identificar e compilar as operações para que diante disso, seja determinada suas quantidades e que possam ser observadas de maneira organizada e proveitosa aos economistas e formadores de políticas econômicas. “Dito de outra forma, sistemas de contabilidade nacional são sistemas de avaliação consistente, padronizados e contínuos da atividade econômica” (Feijó e Ramos, 2017, p.2). Reforçando assim, sua importância para os agentes macroeconômicos. Vieira e Mendonça, et al. (2017, p.3) afirmam que:

Sendo assim, percebe-se que desde o início a contabilidade social tem por propósito fornecer informações que apresentem, de uma maneira mais aproximada da real situação, o desenvolvimento das empresas e da nação, por meio de informações contábeis de um modo mais amplo. (VIEIRA E MENDONÇA, et al. ,2017, p.3)

O surgimento e desenvolvimento dos sistemas de contabilidade nacional é hodierno, dado que vem junto ao surgimento da teoria macroeconômica do economista britânico John Maynard Keynes. Todavia, antecedendo Keynes vale ressaltar o trabalho de Simon Kuznets que já havia tentado mensurar a Renda Nacional nos Estados Unidos em 1930, mas Keynes que apresentou a implantação de um sistema contábil, organizou de maneira fundamentada no método das partidas dobradas com o intuito de mensurar a Renda Nacional em sua totalidade, suas disposições e repartições nos âmbitos institucionais em dado ciclo de tempo (FEIJÓ e RAMOS, 2017).

O Sistema de Contas Nacionais progrediu diante da necessidade que os países tinham de padronizar um processo de mensuração comparável entre sua produção sistemática, riqueza e desenvolvimento de dados econômicos que ajudassem na tomada de decisão, tanto no âmbito público quanto privado. Segundo Feijó e Ramos (2017) depois da Segunda Guerra, a divisão

de estatísticas das Nações Unidas formula guias metodológicos com o objetivo de padronizar a mensuração da produção nacional e permitem a comparação dos resultados macroeconômicos entre os países de forma uniforme e fidedigna.

Houveram grandes discussões entre os países que eram membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e isso só aumentou a necessidade de métodos de padronização para as contas nacionais, e sendo realizados vários estudos, no ano de 1953, foi publicado o “*A system “Of a national accounts and supporting tables”*” que ficou conhecido como o primeiro manual de contas nacionais apoiado pela ONU, e chamado de SNA-53 (IBGE, 2008, p. 11). Desde então, o SNA vem ao longo do tempo sendo revisado e atualizado até sua última versão publicada no ano de 2008.

A contabilidade geral da empresa permite que a contabilidade social possa por meio de um sistema de integração de informações, realizar procedimentos e métodos com base no SNA que conseguem agrupar todos os dados e processá-los para que os mesmos possam se transformar em relatórios de âmbito macroeconômicos (FEIJÓ e RAMOS, 2017).

2.2 Economia Não Observada (ENO)

Mesmo com uma equipe estratégica e com métodos padronizados internacionalmente por meio do Sistema de Contas Nacionais, ainda existem parcelas do PIB que são mensuradas através de estimativas, devido à ausência na declaração da produção ou apenas uma parte dela ser declarada, então elas não são cobertas pela estatística tradicional. No Brasil, a elaboração das Contas Nacionais é realizada pelo IBGE, e essa economia que é estimada denomina-se de Economia Não Observada. Hallak Neto e Ramos (2013), salientam que:

A cobertura completa da produção econômica em um país é extremamente importante para assegurar uma boa qualidade das informações prestadas pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e, conseqüentemente, para que este cumpra sua função de representar quantitativamente a atividade econômica de uma determinada realidade histórica, configurando-se em um dos principais instrumentos para o planejamento econômico. Para garantir esta cobertura completa, ou exaustiva – termo utilizado na literatura internacional, um trabalho significativo é requerido devido às dificuldades de se contabilizar certos tipos de atividades que não podem ser captadas diretamente pelo sistema regular de estatística. A este grupo de atividades convencionou-se chamar de Economia Não Observada (ENO).

Os autores explicam que a ENO é subdividida em três tipos de produções, são: produção ilegal; produção oculta ou subdeclarada e produção informal.

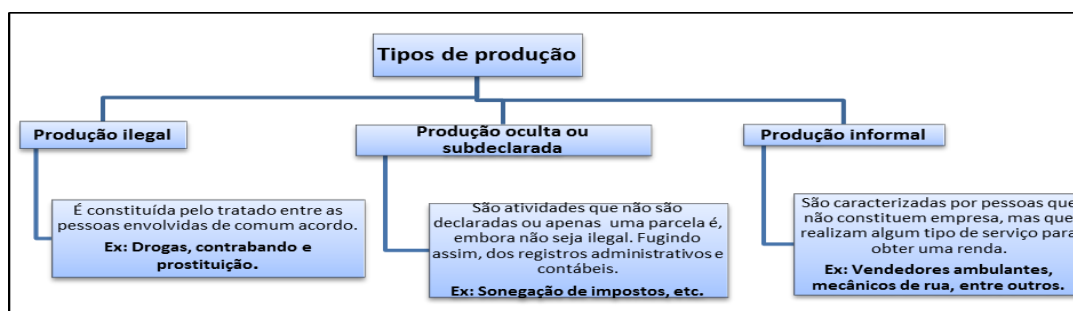


Figura 3. Tipos de produção da Economia Não Observada

Fonte: Elaboração própria, baseado em Hallak Neto e Ramos (2013)

No entanto, existe uma atenção que está sendo voltada ao método de mensuração da

economia não observada com o intuito de reduzir a sua margem de erro, como afirma VIEIRA, MENDONÇA, et al. (2017, p.5):

[...] A ausência dessa margem monetária da ENO no produto gera consequências na determinação e definição do produto, despesa e renda da economia. Diante do exposto, percebe-se que a ENO é uma prática que atinge de maneira negativa a economia de uma nação e, desta forma, esse tipo de produção afeta o crescimento econômico, desenvolvimento econômico e social do país.

Nesse contexto, a economia de um município pode ser influenciada por várias formas, e a ENO influencia negativamente o desenvolvimento do município e da região em geral. No entanto, uma cidade pequena não possui uma economia tão colossal apesar de apresentar dados de sua atividade de produção e a economia não observada em hipótese é presente e de difícil trabalho com base em estimativas mais elaboradas pelo órgão responsável pela mensuração dos agregados econômicos do país (IBGE). A ENO representa uma parte significativa da parcela do Produto Interno Bruto (PIB), e suas formas de mensuração são através de estimativas realizadas pelo órgão competente, Hallak Neto e Ramos (2013, p.8) relatam que:

Embora não declarada, a ENO deve ser mensurada e incorporada ao SCN com a finalidade de agregar qualidade e utilidade às contas nacionais em geral, e a seus principais agregados, como o PIB e a renda nacional, em particular. Ademais, a relevância de se estudar o tema está também no fato deste se constituir uma fonte de oportunidades de trabalho e renda para um grande número de pessoas [...].

Vale ressaltar que a parcela do PIB referente à Economia Não Observada não é tributada, ou seja, o governo não consegue obter receita dessa fração do Produto Interno Bruto. Segundo Hallak Neto e Ramos (2013) a porcentagem do PIB concernente à ENO foi de 11,6% em 2013, um percentual enorme que corresponde a aproximadamente R\$ 561.440.000,00 do PIB nacional de 2013 (IBGE, 2013), é importante enfatizar a preocupação com a origem desse montante, já que é um valor que praticamente não é tributado e contribui com crimes fiscais e atividades não registradas que prejudicam a saúde das contas nacionais, a situação econômica do país e o seu desenvolvimento em geral.

2.3 Características da produção oculta ou subdeclarada

A produção oculta ou subdeclara traz como a sua principal característica o não processo de passar informações que fiscalmente são importantes e que registram as transações entre negócios, não proferindo as entidades fiscalizadoras e governamentais a verdadeira situação financeira e econômica, refletindo nas informações macroeconômicas se forem constituídas por informações fiscais. No entanto, alguns países usam cruzamento de dados para levantar o percentual da produção oculta e assim, detalhar de forma mais fidedigna as contas nacionais. (TANZI, 1983)

As causas da atividade oculta são devidas a impostos, burocracias, atos de corrupção no setor público e outros fatores, que como explica Tanzi (1983), uma economia saudável, em um país flexível em sua tributação que não seja burocrata, não teria motivos para ter casos de produção oculta.

A produção oculta traz consequências que podem ser lesivas a uma economia que não é tão desenvolvida como a de um pequeno município, como por exemplo, a questão de tributação, se algumas indústrias constituem receitas que não são devidamente declaradas, as mesmas não serão tributadas e não serão repassadas à administração pública onde em tese,

torna a passar aos moradores como serviços públicos destinados aos cidadãos. Além de afetar, também, a taxa de desemprego.

[...] Se quem trabalha na economia oculta é registrado como desempregado, o índice de desemprego fica parecendo maior do que é. Isso também pode levar o governo a tomar decisões expansionistas num momento em que o índice real de desemprego pode até estar perto do pleno emprego. (TANZI, 1983, p. 12)

Além disso, Tanzi (1983) ainda afirma que as consequências graves provocadas pela atividade oculta são: a distribuição dos encargos fiscais e da renda. Se existem ganhos que não tem seus tributos coletados, a porcentagem dos tributos sobre essa atividade será maior para que o governo consiga obter a receita que era esperada; também o planejamento econômico, se a ENO expande-se mais rápido que a economia oficial, o índice do crescimento do país será menosprezado se não for mensurado da forma correta, que nesse contexto faria o governo tomar decisões que pareçam corretas, mas seriam expansionistas.

3 Procedimentos metodológicos

3.1 Aspectos da pesquisa

A metodologia desta pesquisa se configura como sendo bibliográfica, documental, exploratória e descritiva, com estudo de caso. Em relação à pesquisa bibliográfica foram utilizados referenciais de livros e artigos acadêmicos que colaboraram para a realização da sistematização textual e conceitual da presente pesquisa. A pesquisa documental foi realizada com base primordial com os dados que são publicados e fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Prefeitura Municipal de Rio Tinto (PMRT).

O estudo de caso foca nas empresas formais que instituem as indústrias do município de Rio Tinto no período de 2019. O questionário *in loco* foi sobreposto aos empresários locais com a finalidade de coletar os dados que são fundamentais para a análise do estudo, com perguntas objetivas e subjetivas, para que os entrevistados possam explicar de melhor forma suas respostas.

3.2 Universo, amostra e o processo de coleta de dados

Como o objetivo da pesquisa é analisar as características da Economia Não Observada por intermédio da produção oculta ou subdeclarada no setor industrial do município de Rio Tinto/PB, o questionário foi aplicado somente nas indústrias do município, e o universo planejado teve como suporte a quantidade de indústrias de Rio Tinto no ano de 2017, que se refere ao último senso do IBGE divulgado, ou seja, 25 empresas do ramo industrial, que se diversificam em: panificadoras; gráficas; indústrias de reciclagem; tijolarias; marcenarias; indústria têxtil; metalúrgica; artesanato; serralharia; indústria de alumínio; indústria alimentícia de sorvetes; indústria química, entre outros.

No entanto a pesquisa obteve dificuldades em questões de aplicação dos questionários, pois algumas empresas se mostraram relutantes a responder e por esse motivo não foi possível obter o resultado de 100% da população, no entanto, a amostra intencional chegou a 72%, que corresponde a 18 indústrias.

Para o recolhimento dos dados, foi formulado um questionário *in loco* que possui perguntas objetivas e subjetivas, com finalidades de colher informações que evidenciam a produção oculta ou subdeclarada da atividade produtiva das indústrias no município, e foram aplicados com o objetivo de perceber se há indícios da produção oculta ou subdeclarada nas indústrias e o grau de conhecimento dos entrevistados sobre a temática apresentada.

O questionário foi implementado com 21 questões distribuídas em duas partes nas quais podem ser analisadas através da visão da oferta e da demanda por parte dos entrevistados. Essa visão de oferta e demanda correspondem ao que a empresa fornece e o recebimento por parte de seus clientes, logo a oferta representa o perfil da empresa, sua atividade e seu porte, descrevendo a mesma e suas ofertas de produtos para os consumidores, geração de empregos para a população e seu faturamento e pagamento de tributos ao Estado.

Já a visão da demanda busca analisar o perfil dos clientes e como os mesmos são responsáveis em relação à procura dos produtos e o tratamento que recebem após a compra em relação a documentação que prova a transação que é realizada no ato da compra. A aplicação do questionário foi realizada no período de 02 de fevereiro de 2019 a 18 de abril de 2019 por meio de visitas pessoais às indústrias.

3.3 Processo de análise dos dados

Para o processo de tabulação dos dados foi utilizado o programa *Microsoft Excel* 2016 e logo após a análise dos dados obtidos. Com a posse dos dados e informações dos entrevistados, foi possível obter conhecimento e apreciação quantitativa através de mecanismos e ferramentas da estatística descritiva, com valores absolutos, relativos, média, mínimo, máximo e desvio padrão, para mostrar a discrepância da atividade produtiva e da atividade oculta, quando exista.

4 Apresentação e análise dos resultados

4.1 Breve Cenário Histórico da Atividade Indústria de Rio Tinto/PB

O município de Rio Tinto-PB está localizado a 54 km² da capital João Pessoa, e teve o nascimento de sua criação e construção no início do século XX, entre 1918 e 1924 com a implantação e inauguração do complexo fabril denominado Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), fundada pela família sueca Lundgren que chegaram da cidade de Paulista-PE, onde adquiriram as terras do Engenho Preguiça – nome dado ao engenho onde fica as terras do município – com o objetivo de instalar um empreendimento colossal em comparação a real situação do Nordeste nesse período, a CTRT chegou a empregar 12 mil pessoas, dos quais alguns eram imigrantes alemães. (MARQUES, 2015)

Com base na citação, é possível observar que a desativação da fábrica desestabilizou tanto os moradores como também a economia, dado que uma fábrica de imenso porte na qual foi capaz de ter mais de 12 mil empregados, ao ser desativada gerou um impacto significativo na vida dos moradores, da região e até mesmo do país, já que no governo de Getúlio Vargas a CTRT forneceu uniformes militares e o próprio presidente Getúlio Vargas veio a Rio Tinto para a realização do contrato. (MARQUES, 2015)

Apesar de a cidade ser fundada a partir da criação de uma empresa de indústria têxtil, o município de Rio Tinto não desenvolveu sua economia ao longo dos anos por meio de atividades industriais, segundo SILVA (2011, p. 18):

[...] o setor que vem se destacando por maior parte da riqueza gerada é o comércio, seguido da prestação de serviço, sendo estes impulsionados nos últimos cinco anos pela implantação do Campus da UFPB na região, que por sua vez está contribuindo para a formação de um novo setor econômico, o imobiliário, embora ainda agindo de maneira informal, mas que colabora com a geração de renda de algumas famílias.

O cenário industrial do município de Rio Tinto atualmente é formado basicamente por indústrias de transformação e construção, onde ganham destaques as diversas panificadoras e marcenarias, como também as tijolarias que são resultantes da época da família Lundgren e da

CTRT, onde nas antigas dependências da fábrica, hoje se localiza uma unidade do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e também onde pequenas indústrias funcionam.

O município de Rio Tinto, no ano de 2017 alcançou um total de 216 empresas e outras organizações, das quais 25 empresas são do setor industrial, representando assim 11,57% das empresas atuantes no município e se fragmentam em indústrias de transformação e construção. (SIDRA, 2018)

Tabela 1: Variação da indústria em relação ao PIB.

Ano	Nº de indústrias	PIB Indústria (valor adicionado bruto a preço corrente – R\$)	Porcentagem do PIB da indústria em relação ao PIB total	PIB total do município de Rio Tinto, em R\$
2010	23	21.328.000,00	14,65%	145.583.000,00
2011	26	18.536.000,00	11,36%	163.202.000,00
2012	25	24.911.000,00	14,23%	175.004.000,00
2013	25	25.998.000,00	13,55%	191.865.000,00
2014	22	25.883.830,00	11,47%	225.626.560,00
2015	26	29.640.200,00	12,95%	228.837.610,00
2016	21	29.082.560,00	11,89%	244.474.970,00
2017	25	24.526.130,00	10,93%	224.195.980,00

Fonte: Elaborado com base nos dados do SIDRA-IBGE, 2018.

Com base na tabela, é perceptível que a quantidade de indústrias oscila, mas reduzem em 2016, repercutindo na participação do setor industrial em relação ao PIB do município. No ano de 2010 havia apenas 23 empresas do setor industrial no município, porém nesse ano a porcentagem da participação do PIB industrial foi a maior em relação à participação nos anos seguintes, em comparação a 2011 e 2015, que mesmo com mais empresas não conseguiram ter uma participação no PIB municipal mais cognoscível que 2010 que atingiu 14,65% da porcentagem da produção da indústria em relação à produção total do município.

4.2 Cenário da oferta no setor industrial de Rio Tinto/PB

Conforme resultado do questionário aplicado às empresas do setor industrial de Rio Tinto/PB, o município mostra-se diversificado em relação aos tipos de seguimentos industriais, tais como panificadora, gráfica, reciclagem, tijolaria, etc. Com base no resultado dos questionários, figura 4, a ramificação que mais predomina é de panificadora, com 56%, que reflete nos principais produtos demandados (pão, bolo, etc.), conforme tabela 2

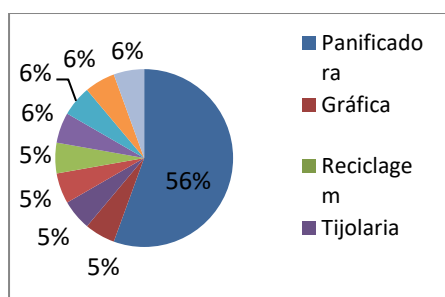


Figura 4- Atividade praticada pela empresa.

Tabela 2- Principais produtos.

Quais são os principais produtos que a empresa oferece	
Pães	18%
Bolos	14%
Biscoitos	10%
Torradas	4%
Cocorotes	4%
Doces	4%
Portas	4%
Janela	4%
Lembranças (souvenir), personalizados, copos e outros 16 produtos.	2% (cada)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019

Os seguimentos que menos se destacam no município são serralharia, indústria de alumínio e fabricação de sorvetes, que na realidade todos os segmentos além de panificadoras contribuírem com o processo de formação econômica do município, como metalúrgica, marcenaria, reciclagem, tijolaria, gráfica e outros tipos de indústrias.

Conforme a tabela 3, o tempo das empresas inseridas no município é de 6 a 10 anos, tempo suficiente de implantação e sobrevivência no mercado. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) as empresas nacionais mostraram uma média de sobrevivência estabelecida de 2 anos, ou seja, as indústrias em Rio Tinto têm uma vida com durabilidade de acordo com a realidade nacional.

Tabela 3- Idade das empresas.

Há quanto tempo a empresa está inserida no município de Rio Tinto PB?	
De 1 a 5 anos	22%
De 6 a 10 anos	50%
De 11 a 20 anos	22%
De 21 a 50 anos	6%
Mais de 50 anos	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

Com base nas informações, as empresas que possuem de 6 a 10 anos de atividade representam cerca de 50% da amostra, 6% das empresas estão de 21 a 50 anos inseridas no município que são indústrias panificadoras antigas, mostrando assim que as empresas possuem um tempo considerável de atividade no município, já que a realidade do Brasil é que as empresas tenham pouco tempo de vida útil devido a burocracias, principalmente quando se trata de seguimentos industriais. Quando as empresas foram questionadas se por algum tempo as mesmas funcionaram sem serem constituídas formalmente, os resultados foram:

Tabela 4 – Formalidade da empresa.

	Valor abs.	Valor rel.	Desvio padrão
SIM	8	44,44%	1,41
NÃO	10	55,56%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

Observando a tabela 4, é possível analisar um alto percentual de empresas que começaram informalmente, ou seja sem CNPJ e depois se regularizaram e isso corresponde a um desvio padrão de 1,41, mostrando uma variação entre as empresas que exerceu suas atividades sem sua constituição formal e as que foram legalmente formalizadas, que exercem e podem ser relacionado com a idade das mesmas, embora tenham um bom tempo no mercado de Rio Tinto/PB, a maioria possui de 6 a 10 anos de vida. e algumas começaram suas atividades como empresas informais, principalmente as indústrias panificadoras, de acordo com os dados obtidos com a aplicação dos questionários.

O tempo de informalidade dessas empresas variam de 3 meses a 2 anos, foi relatado por algumas empresas durante a aplicação dos questionários que uns dos principais incentivos para sair da informalidade foi a opção pelo regime de tributação do Simples Nacional, ou o Micro Empreendedor Individual (MEI), que facilitou para as pequenas indústrias do município entrarem na formalidade. Ao entrar na legalidade as empresas podem contribuir para a previdência, assegurando o direito dos seus empregados e o MEI também contribui com o objetivo de garantir sua previdência.

As empresas atualmente necessitam de um suporte de um profissional contábil, pois a contabilidade tem como um de seus objetivos de auxiliar as empresas com o crescimento e o controle de seu patrimônio. Porém em cidades pequenas como a que está sendo objeto desse estudo, os empresários tem receio em procurar os serviços dos profissionais contábeis, e alguns relataram que no contexto de pequenos municípios, os profissionais só auxiliam na área fiscal, sem prestar nenhum apoio gerencial e financeiro as empresas.

Tabela 5 – Suporte de profissional contábil.

	Valor abs.	Valor rel.	Desvio padrão
SIM	9	50%	0
NÃO	9	50%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Então é perceptível que as empresas só vão à procura dos escritórios no seu processo de formalização fiscal, isso pode ocasionar distorções em relação ao questionamento de que se em algum momento do funcionamento a empresa ficou sem fornecer algum documento que demonstrasse alguma transação da empresa, impedindo o registro contábil da mesma.

Algumas empresas podem ter omitido informações aos contadores, revelando assim indícios de produção oculta ou subdeclarada, pois 38,89% (baseado nos dados da pesquisa) afirmaram que deixaram de fornecer informações que impediam tais registros e não identificaram ou relataram o motivo, mesmo tendo sido questionada sobre acerca do assunto.

As indústrias deste município diversificam-se na declaração do seu porte, graças ao MEI, muitas indústrias panificadoras saíram da informalidade e iniciaram suas atividades com o dever fiscal.

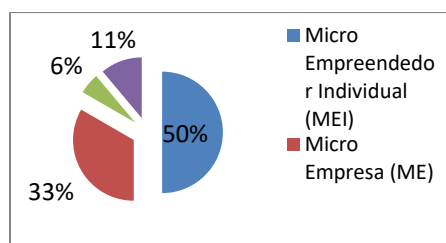


Figura 5 – Porte das empresas.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

Como foi frisado, o MEI pode auxiliar no cenário industrial com o aumento das indústrias e consequentemente com o faturamento do setor, como também o aumento do PIB industrial do município. O MEI tem um limite de faturamento anual de R\$ 81.000,00 sendo uma média de faturamento mensal de R\$ 6.750,00 segundo o Portal do Microempreendedor – MEI (2019).

Além do porte da empresa, foi questionado as empresas quantos funcionários ela possui e trabalham com a carteira assinada, tendo em vista que uma das principais formas da produção oculta ou subdeclarada é a mão de obra sem registro, ou seja, profissionais que são contratados sem registro que podem ganhar menos ou até a mais do que o justo e estabelecido por lei.

Tabela 6 – Quantidade de funcionários registrados

Nenhum funcionário, apenas o proprietário	22,22%
De 1 a 3 funcionários	44,44%
De 4 a 8 funcionários	27,78%
De 9 a 15 funcionários	5,56%
Mais de 15 funcionários	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

Analisando os perfis das indústrias de Rio Tinto, é fato que não se tratam de grandes indústrias e sim de MEI e ME, em comparação aos outros setores da economia, não se baseia em grande fonte de empregos no município, dado que 44,44% tem 3 funcionários, pelo menos de carteira assinada, mas a realidade é a contratação sem registro em épocas sazonais, que beneficiam a indústria pela mão de obra barata por trabalhadores que necessitam de qualquer renda para o sustento das famílias.

Um dado curioso é que uma empresa que se declarou MEI disse que possuía a partir de quatro (4) funcionários de carteira assinada, sendo que um MEI pode contratar apenas um (1) funcionário de carteira assinada segundo o Portal do Empreendedor-MEI (2019).

Atualmente um dos documentos que traz garantia sobre transações de compras e vendas é o documento que evidencia a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

A NF-e não só traz segurança para quem compra como também para quem vende, ou seja, ela é um elemento indispensável nessa pesquisa, pois a não solicitação de nota fiscal aos fornecedores pode remeter fraudes nos estoques. Quando as empresas foram interpeladas a respeito disso, foram logrados os seguintes dados:

Tabela 7: Nota fiscal de fornecedores.

	A empresa ao efetuar compras, solicita nota fiscal aos fornecedores?		
	Valor abs.	Valor rel.	Desvio Padrão
SIM	16	88,89%	9,89
NÃO	2	11,11%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

As indústrias que não solicitam notas fiscais aos fornecedores são empresas que seu porte é o MEI e suas atividades se iniciaram a menos de 6 anos, empresa de artesanato e marcenaria, ao serem questionadas sobre o motivo pelo qual não solicitam as notas fiscais aos seus fornecedores, as indústrias não deram respostas.

As indústrias possuem em suas despesas dois grandes itens que diminuem seus lucros, mas sendo essas despesas de suma importância para a continuidade da empresa, que são os funcionários registrados e os pagamentos de impostos.

Tabela 8- Maior despesa e conhecimento fiscal.

	Para a empresa, o que custa mais caro?	
	Valor abs.	Valor rel.
Carteira assinada dos funcionários.	7	38,89%
O pagamento de impostos.	11	61,11%
Especificamente, atribuindo o estudo ao município de Rio Tinto, essa empresa tem conhecimento do percentual do ISS (Imposto Sobre Serviços), que é recolhido pela prefeitura dessa cidade?		
	Valor abs.	Valor rel.
Sim	8	44,44%
Não	10	55,56%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

Conforme a tabela 8, do total da amostra de estudo 61,11% das empresas, o pagamento de impostos é a despesa que mais pesa no resultado no final do exercício. Porém, o número de indústrias que conhecem quanto é cobrado em percentual o tributo mais simples do município

cai em relação as mesmas que acham que o pagamento de impostos custa mais caro, isso pode indicar um nível de desconhecimento fiscal em relação a própria tributação municipal.

Se para as empresas o imposto custa mais caro, como não conhecer os percentuais dos mesmos? Também se deve ao fato das empresas não possuírem suportes gerenciais, como são em sua grande maioria de porte pequeno o único motivo que as levam a procurar o serviço de um profissional contábil é apenas os assuntos fiscais para manter a legalidade da empresa. Ainda em relação ao perfil da empresa, também foi indagado as mesmas qual a estimativa do faturamento no final do mês, e a sua grande maioria fatura até R\$ 60.000,00 mensalmente, ou seja, 88,89% das empresas mantêm essa média de faturamento, sendo 50% MEI conforme o gráfico 2.

Tabela 9- Faturamento mensal.

Qual a estimativa de faturamento da empresa no final do mês?	
Até R\$ 60.000,00	88,89%
Acima de R\$ 60.000,00 até R\$ 360.000,00	11,11%
Acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00	-
Acima de R\$ 4,8 milhões e abaixo ou igual a R\$ 300 milhões	-
Acima de R\$ 300 milhões	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

Não possuindo indústrias com faturamento acima de R\$ 360.000,00 o município de Rio Tinto tem um mínimo de empresas, ou seja, 11,11% que faturam mais que R\$ 720.000,00 anualmente, sendo elas uma indústria de alumínio e uma tijolaria que conseguem ter demanda no próprio município e nos municípios circunvizinhos para se chegar a esse faturamento.

4.3 Cenário da demanda no setor industrial de Rio Tinto/PB

Nesta parte da análise é observado como as empresas se comportam com os seus clientes em relação as transações de compra e venda, que pode evidenciar a ocultação de transações que fazem alusões a distorções nos estoques como venda sem nota fiscal. primeiramente foi buscado conhecer o perfil dos clientes da empresa, se são formados por pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambos.

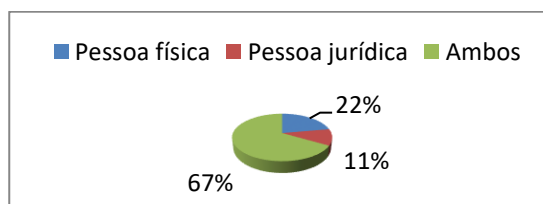


Figura 6 – Perfil dos clientes.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

Verificando a figura é perceptível que a maioria das empresas tem o seu perfil de clientes formados por pessoas físicas e jurídicas e o mínimo das indústrias vendem apenas para pessoas jurídicas, sendo cerca de 11%. Pelo fato da maioria das empresas industriais serem panificadoras, elas vendem para abastecer mercados da região e também para abastecer escolas do município. Como já foi dito, um documento que é imprescindível em um processo de compra e venda é a nota fiscal.

Tabela 10- Nota fiscal.

A empresa fornece notas fiscais para seus clientes?			
	Valor abs.	Valor rel.	Desvio Padrão
Sim	14	77,78%	7,07
Não	4	22,22%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

Em sua grande maioria, as empresas emitem esse documento que comprova o ato de compra e venda, porém 22,22% das empresas não emitem, omitindo a transação fiscalmente e mostrando que podem haver fraudes nos estoques ou ocultação da produção dessa empresa. O fisco e o governo não conseguem tributar ou identificar essas transações distorcendo algumas informações econômicas nos âmbitos municipais, estaduais e nacional. Também foi indagado se as empresas emitem para os seus clientes o Documento Auxiliar a Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) que é um instrumento auxiliar a nota fiscal e que geralmente são emitidos em transações com pessoas físicas, já as pessoas jurídicas exigem a própria NF-e se as empresas fornecem esse documento para seus clientes.

Tabela 11- NF-e e DANFE para clientes.

	Valor abs.	Valor rel.	Desvio Padrão
Sim	6	33,33%	4,24
Não	12	66,67%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

Sendo esse um dado curioso, apenas 33,33% fornecem esse documento, sem a DANFE, o cliente fica desprovido de provar que houve uma transação com o mesmo até para fins de troca de produtos defeituosos, o cliente das empresas não consegue ter uma garantia de provar sua participação no ato.

Além disso, o governo tenta por meio de programas e políticas ter um maior controle sobre as transações comerciais que existem além da NF-e, utilizando maiores metodologias de fiscalização e sempre avançando para minimizar os efeitos e crescimento de práticas ilícitas.

Tabela 12- CPF na nota fiscal.

A empresa fornece a opção dos clientes colocarem o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na nota fiscal?			
	Valor abs.	Valor rel.	Desvio Padrão
Sim	4	22,22%	7,07
Não	14	77,78%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

A opção do cliente colocar o CPF na nota fiscal foi um mecanismo criado pelos governo estadual para o monitoramento e maior verificação fiscal em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para os estados, se um cliente colocar o CPF na nota fiscal, legitima que houve uma pessoa envolvida na operação e que a venda realmente aconteceu (Araujo, 2019). De acordo com a tabela é possível ver que não é cultura do município fornecer essa opção aos clientes, algumas empresas que não proporciona essa opção justificaram que “ninguém pede”, “não é comum na cidade”, evidenciando a produção oculta no município, com um desvio padrão de 7,07.

A comercialização desses produtos nem sempre são feitas com o pagamento imediato, principalmente pelo fato das industriais do município serem constituídas em sua maioria por panificadoras, e é comum que em cidades pequenas ainda haja a cultura do fiado, onde as

empresas vendem apenas com a promessa do pagamento, e as vezes, o único registro é realizado em cadernetas.

Tabela 13- Vendas para pagamentos posteriores.

A empresa realiza vendas para pagamentos posteriores (fiado, caderneta, etc.)?	
Sim	61,11%
Não	38,89%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos questionários aplicados em 2019.

O grande problema é de como essas vendas são registradas e se elas contam para o faturamento mensal da empresa ou são omitidas. Quando questionadas sobre como fazem o registro dessas vendas, algumas empresas relataram que em cadernetas, livros caixa, computadores e algumas empresas nem se quer anotam.

5 Considerações finais

A produção oculta ou subdeclarada representa os indícios de má-gestão, má-fé e corrupção dentro das empresas, são práticas que visam ludibriar a fiscalização para a proliferação de traquejos que deterioram a economia onde está implantada. A produção oculta, juntamente à produção ilegal e a produção informal formam a Economia Não Observada, que são frações da produção que não são mensuradas e/ou contabilizadas.

Com o pouco acervo que há acerca da temática em relação à produção oculta, dá-se a importância do trabalho que visa agregar ao entendimento desse conteúdo, como também a dificuldade de realizar a pesquisa bibliográfica e a dimensão do município que foi objeto de estudo, pois em Rio Tinto/PB muitos empresários não possuem formação ou instrução para a realização de suas atividades, podendo assim, não saber sobre as práticas que fazem, compreender sua empresa como um todo ou até mesmo sobre o mal que as decisões erradas que são tomadas por eles podem fazer a economia local.

Analisando os dados da amostra é possível afirmar que há indícios da produção oculta ou subdeclarada nas atividades industriais do município de Rio Tinto/PB, das quais são: panificadoras, gráficas, indústria têxtil, fábrica de sorvetes, metalúrgicas, serralharias, indústrias de reciclagem e outros. Essas empresas são em sua grande maioria Microempreendedores Individuais e Microempresas que adicionaram em 2015 cerca de R\$26.640.200,00 ao PIB municipal, formados em 56% por indústrias panificadoras, mostrando que não há diversidade da atuação industrial no município. Um dado preocupante e importante de ser analisado são que 22,22% das empresas não oferecem nota fiscal aos seus clientes, representou um desvio padrão de 7,07, desviando-se das empresas que realizam esse processo para legitimar as vendas e o controle dos estoques. É perceptível também que os proprietários e/ou administradores (em sua grande maioria) das indústrias não tem conhecimento sobre a legislação na qual a sua empresa está submetida, como no caso do MEI que afirmou ter mais de 3 funcionários de carteira assinada, sendo que para um MEI isso não é permitido de acordo com a legislação do Simples Nacional, sendo assim mais um indicio confirmado de práticas inadequadas que caracterizam a produção oculta.

Os danos causados na economia são visíveis, por se tratar de um município pequeno, as indústrias contribuem não tão somente com a produção como também com a mão de obra empregada, são empresas que tem o poder de modificar as contas locais e auxiliar no desenvolvimento de Rio Tinto/PB. Contudo, a pesquisa pode evidenciar os indícios da produção oculta nas empresas do segundo setor (industrial) no município de Rio Tinto/PB, e também evidenciou os danos que essa produção causa.

Dado uma das justificativas da pesquisa, seria relevante como proposta para um novo trabalho que deem continuidade na busca teórica que fundamenta a ENO, como também a produção oculta. Podendo ser abordada a forma como as estimativas das produções que formam a ENO são feitas e analisar o efeito em grandes cidades que podem incidir ainda mais na economia.

Referências

- ARAUJO, Fernanda. **CPF na nota fiscal: confira os benefícios para você**. SERASA CONSUMIDOR. Disponível em <https://www.serasaconsumidor.com.br/ensina/dicas/cpf-na-nota-fiscal/>. Acesso em 14 de agosto de 2019.
- FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luiz Olinto. **Contabilidade Social**: referência atualizada das Contas Nacionais do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2017.
- HALLAK NETO, João; RAMOS, Roberto Luiz Olinto. **A economia não observada no Brasil: um estudo baseado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais**. Revista de Economia Contemporânea (2014), vol.18. Rio de Janeiro.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Paraíba/Rio Tinto**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/rio-tinto/panorama>>. Acesso em 22 de abril de 2018.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos municípios**. Brasil/Paraíba/Rio Tinto. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/rio-tinto/pesquisa/38/46996>>. Acesso em 30 de maio de 2018.
- MARQUES, Cássio. TV ASSEMBLEIA PB. **Nossa Paraíba – Rio Tinto – Primeiro bloco**. 2015. (11m50s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=x5BpXIglKjk>>. Acesso em 26 de julho de 2018.
- PME. Portal do microempreendedor – **MEI**. 2019. Disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/o-microempreendedor-individual-mei/4-qual-o-faturamento-anual-do-microempreendedor-individual>. Acesso em 05 de junho de 2019
- RIO TINTO, **História. Sobre Rio Tinto**. Disponível em <<http://www.riotinto.pb.gov.br/historia>>. Acesso em 22 de junho de 2018.
- SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/993#resultado>>. Acesso em 25 de julho de 2018.
- SILVA, Fernanda Sergio Santana da. **Uma nova realidade econômica na cidade de Rio Tinto**. Guarabira: UEPB, 2011.
- TANZI, Vito. **A economia oculta- causas e consequências desse fenômeno mundial**. Finanças e Desenvolvimento/Dezembro (1983).
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva, 2014.
- VIEIRA, Ana Cândida Ferreira; MENDONÇA, Helton dos Santos; et al. **A produção oculta fundamentada na Contabilidade Social: um estudo no comércio formal do município de Rio Tinto, PB**. Revista Mangaio Acadêmico, v. 2, n. 3, jul/dez, 2017 – ISSN 2525-2801.